

Desempenho ambiental de uma empresa do setor de alimentos, higiene e limpeza analisado a partir de seus relatórios de sustentabilidade

Elton da Silva Bicalho
eltonbicalho@ig.com.br
FCAV/UNESP

David Ferreira Lopes Santos
david.lopes@fcav.unesp.br
FCAV/UNESP

Resumo: Nas últimas décadas, o tema sustentabilidade passou a ser amplamente discutido em todas as esferas da sociedade civil. A conscientização ambiental, crescente ao redor do mundo, fez com que aumentasse a cobrança da sociedade para que as empresas busquem minimizar seus impactos ao meio ambiente onde está inserida. Por esse motivo, as empresas começaram a buscar formas de divulgar para as partes interessadas suas ações relacionadas à sustentabilidade, dando transparência às ações da organização. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar o desempenho ambiental de uma empresa do setor de alimentos, higiene e limpeza (Unilever) a partir da análise de seus relatórios de sustentabilidade divulgados entre 2009 e 2012. A abordagem metodológica foi qualitativa, suportada pela técnica de análise de conteúdo. Para tanto, utilizou-se como estrutura de análise o modelo do Global Reporting Initiative e as classificações de informações propostas por Gasparino e Ribeiro (2007). Foi observado que a empresa manteve suas ações e metas ao longo do período, sendo o relatório mais recente o que apresentou maior quantidade e qualidade de informações, principalmente as qualitativas não monetárias em detrimento das declarativas e qualitativas monetárias. No entanto, apenas com as informações dos relatórios não foi possível mensurar o desempenho financeiro da empresa relacionado às suas práticas ambientais. Da mesma forma, não foi possível perceber se existe a participação efetiva das partes interessadas no processo de elaboração e implantação das ações ambientais.

Palavras Chave: Gerenciamento Ambiental - Relatórios de Sustentabilidade - Unilever - -

1. INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e ambientais experimentadas pela sociedade no curso dos três últimos séculos trouxeram à tona a incompatibilidade entre o modelo de crescimento econômico nos diferentes estratos sociais e principalmente junto à natureza em toda a sua dimensão (BARBIERI, 2006; BRUNDLAND, 1991). As discussões ambientais são relativamente recentes, evidenciando um descompasso entre os impactos causados pelo homem e a preservação/recuperação ambiental.

Florestas estão dando lugar à pastagens e cultivos agrícolas, cursos d'água estão sendo poluídos por resíduos domésticos e industriais, as concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa vêm aumentando devido às atividades humanas relacionadas à queima de combustíveis fósseis que alteram o balanço natural de entrada e saída da radiação solar, aumentando a temperatura da superfície terrestre e levando ao agravamento do efeito estufa e das mudanças climáticas globais (FORSTER et al., 2007).

Diante desse cenário, a conscientização ambiental vem crescendo ao redor do mundo e o tema meio ambiente acabou ganhando as ruas, o meio acadêmico, a imprensa e passou a fazer parte do dia a dia de políticos, empresários, ONGs e da sociedade de forma geral (BARBIERI, 2006). Ao mesmo tempo em que cresce a consciência da sociedade sobre o tema, a cobrança para que as empresas busquem um desempenho ambiental que minimize seus impactos ao meio ambiente também tem aumentado.

As pressões externas da sociedade levam as empresas a adotarem medidas para minimizar os impactos de sua operação sobre o meio ambiente. Ter uma imagem negativa perante a sociedade pode não ser um bom negócio, já que os impactos causados acabam refletindo de forma negativa no mercado em que atuam, além de manchar a imagem da organização perante à opinião pública. Pressões de ordem interna também fazem com que as empresas comecem a ver a questão ambiental como um bom negócio. A incorporação de medidas de gestão ambiental pode trazer para as empresas redução de seus custos operacionais, como economia no consumo de insumos, maior eficiência no uso da energia, além de passar a imagem de ambientalmente responsável para sociedade (DERWAL et al., 2005; OLIVEIRA; MACHADO, 2010).

Inobstante as oportunidades de redução de custos pela adoção de tecnologias mais limpas nos seus processos e produtos (eco-eficiência), a sociedade caminha para exigência de um comportamento empresarial compatível com a resiliência do sistema natural que cerca as operações, como ocorre em determinadas regiões europeias denominadas como *Ecology Industrial* (MACHIBA, 2010; BARSOUMIAN; SEVERIN; SPEK, 2011).

Por esse motivo, a adoção de medidas sustentáveis que reduzam o impacto ambiental e, ao mesmo tempo, a divulgação dessas medidas para os *stakeholders* por meio de relatórios de sustentabilidade que consigam estabelecer objetivos, monitorar as transformações e medir o desempenho são de extrema importância para dar transparência às ações das organizações (GRI, 2006), já que, nos dias atuais, conseguir conciliar o processo produtivo com a questão ambiental passou a ser um fator de grande importância para o desempenho das empresas no mercado.

Diferentes pesquisas têm se empenhado em avaliar o nível de informação dos relatórios de sustentabilidade das empresas nos últimos anos, no entanto, a preponderância destes estudos está numa avaliação quantitativa dos dados referentes à sustentabilidade (GASPARINO; RIBEIRO, 2007; CARDOSO; LEME, 2011; FIGUEIREDO et al., 2012). Nessa pesquisa, o interesse é analisar um caso específico (Unilever) com o objetivo de analisar o desempenho ambiental da empresa a partir de informações constantes de seus

relatórios de sustentabilidade divulgados anualmente no período compreendido entre 2009 e 2012.

Espera-se entregar uma análise longitudinal do desempenho ambiental de uma empresa que atua nos setores de alimentos, higiene e limpeza, por meio de uma abordagem qualitativa, de modo a assinalar a direção e intensidade dos esforços empreendidos na sua relação com ambiente que lhe cerca.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental pode ser conceituada como um conjunto de diretrizes e outras atividades administrativas e operacionais, como planejamento, direção, controle e alocação de recursos, que são realizadas com o objetivo de se obter efeitos positivos sobre o meio ambiente – entendido como tudo o que envolve ou cerca os seres vivos –, reduzindo, eliminando ou evitando danos ou problemas que são causados pela ação humana (BARBIERI, 2006).

O conceito de gestão ambiental está intimamente relacionado a outro de grande importância: sustentabilidade. De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1991), sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

O tema sustentabilidade, nas últimas décadas, deixou de ser uma mera preocupação ou discurso de poucos e passou a ser amplamente discutido nos meios acadêmico, empresarial, governamental e da sociedade civil de forma geral, permitindo diversas interpretações e adaptações. Entre as empresas, a sustentabilidade começou a ganhar maior visibilidade e aplicabilidade a partir do desenvolvimento do modelo *Triple Bottom Line* ou resultado triplo, devido sua linguagem estar mais próxima a das empresas. Proposto pelo economista inglês John Elkington, esse modelo propõe o dimensionamento do desenvolvimento sustentável em três dimensões, quais sejam, a econômica, a social e a ambiental (JUNQUEIRA; MAIOR; PINHEIRO, 2011).

Nesse sentido, um crescente número de empresas, preocupadas com o relacionamento entre o desempenho dos negócios e o meio ambiente, vem incluindo a dimensão ambiental em suas estratégias, seja pela conscientização em assumir uma postura pró-ativa, seja pela pressão do mercado e da legislação (AZEVEDO, 2006). Os gastos ambientais começam a ser vistos não como custos, mas como investimentos de longo prazo capazes de trazer vantagem competitiva às empresas (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2002).

Segundo Almeida (2002), para que uma empresa seja sustentável deve-se buscar, em todas as suas ações e decisões, a eco-eficiência, ou seja, produzir mais e com melhor qualidade, gerando menos poluição e utilizando menos recursos naturais. Deve-se, ainda, ser socialmente responsável, assumindo que está imersa num ambiente social capaz de influenciar e, ao mesmo tempo, sofrer influência.

Por esse motivo, a gestão ambiental pode ser aplicada a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental, sendo necessário que sua proposta contemple, de acordo com Barbieri (2006), no mínimo três dimensões: a dimensão espacial, que diz respeito à área na qual se espera que as ações de gestão tenham eficácia; a dimensão temática, capaz de delimitar as questões ambientais às quais as ações se destinam; e a dimensão institucional, que são os agentes que tomam as iniciativas de gestão.

Portanto, a gestão ambiental deve ser vista a partir de um enfoque sistêmico, que considera a empresa como um sistema aberto e passível de influenciar e sofrer influência do ambiente externo e interno. Nesse processo, a transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais é fator primordial, sendo do interesse dos diferentes públicos da empresa para que haja eficácia nas relações com os *stakeholders* (GRI, 2006).

2.2. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

O relatório de sustentabilidade é uma importante ferramenta de comunicação das organizações para a divulgação do desempenho econômico, social e ambiental entre seus *stakeholders* (GRI, 2006). É uma plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos, além de possibilitar a obtenção de informações que podem influenciar política, estratégica e operacionalmente as organizações de uma forma contínua (GRI, 2013).

De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS, 2013), o modelo da Global Reporting Initiative (GRI) é o mais completo e difundido mundialmente, e seu processo de elaboração contribui para que haja o engajamento das partes interessadas da organização, a reflexão sobre seus principais impactos, permitindo, ainda, a definição de indicadores e a comunicação com os públicos de interesse.

Como nos últimos anos tem havido uma grande preocupação das organizações no sentido de tornar suas operações mais sustentáveis, o estabelecimento de processos para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que consigam medir seu desempenho, estabelecer objetivos e monitorar suas mudanças operacionais, dando maior transparência às ações econômicas, ambientais e sociais, é de extrema importância (GRI, 2006).

Dentre outros propósitos, o relatório de sustentabilidade pode ser usado com o intuito de aumentar a compreensão sobre os riscos e oportunidades que as organizações enfrentam; melhorar a reputação e a fidelidade à marca; ajudar os *stakeholders* a compreender os impactos de sustentabilidade e desempenho; enfatizar a relação entre o desempenho organizacional financeiro e o não financeiro; influenciar na estratégia e política de gestão em longo prazo e planos de negócios; servir como padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação de desempenho de sustentabilidade com respeito às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; demonstrar como a organização influencia e é influenciada pelas expectativas relativas ao desenvolvimento sustentável; comparar o desempenho organizacional interno e entre outras organizações; e estar em conformidade com os regulamentos nacionais ou com os requisitos referentes à bolsa de valores (GRI, 2013).

A partir das diretrizes definidas pela Global Reporting Initiative, o relatório de sustentabilidade deve divulgar os resultados das ações das organizações dentro do período relatado, no contexto de compromissos anteriormente definidos, levando-se em consideração a estratégia e a forma de gestão da organização. Além disso, no que se refere ao desempenho ambiental, objeto do presente estudo, o relatório de sustentabilidade deve abranger os impactos da organização sobre os sistemas naturais vivos e não vivos, devendo ser incluídos os indicadores de desempenho relativos a insumos, produção, biodiversidade, conformidade ambiental e outras informações, como os gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços (GRI, 2006).

Esses indicadores de desempenho estão organizados, nos relatórios de sustentabilidade que atendem às diretrizes GRI, nas categorias econômica, ambiental e social (GRI, 2006). Nesse sentido, os indicadores de desempenho ambiental têm como principal objetivo fornecer aos *stakeholders* informações à respeito do impacto ambiental causado pela organização ao ambiente onde está inserida, buscando-se, ainda, o aprimoramento do processo de comparação

do desempenho ambiental entre as organizações que o elaboram ou mesmo dentro da própria organização ao longo dos anos relatados (GASPARINO; RIBEIRO, 2007).

Percebe-se, dessa forma, a grande importância dos relatórios de sustentabilidade para a divulgação das ações ambientais das organizações. No entanto, o processo de confecção desses relatórios apresenta um nível de complexidade muito grande, o que pode influenciar negativamente na qualidade das informações divulgadas pelas organizações, já que o que se espera de um relatório de sustentabilidade é que o conteúdo seja condizente com o público ao qual ele se destina, e que apresente informações claras e objetivas. Outro ponto importante, e que a maioria das organizações não consegue mensurar e/ou divulgar em seus relatórios, é a relação das iniciativas ambientais praticadas com seu desempenho financeiro.

Nesse sentido, alguns estudos apontam um melhor desempenho financeiro daquelas organizações que tornam públicas suas práticas ambientais (KLASSEN; MCLAUGHLIN, 1996; ARX; ZIEGLER, 2008; CARDOSO; LEMME, 2011), já que é passada às partes interessadas uma melhor imagem de suas estratégias corporativas. No entanto, mensurar a relação entre as iniciativas ambientais e o desempenho financeiro não é uma tarefa fácil, pois envolve diversas variáveis, muitas de longo prazo, além de variáveis qualitativas, que tornam o processo de mensuração difícil ou pouco objetivo.

Diversos são os estudos que analisam as informações relacionadas à gestão econômica, ambiental e social publicadas pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade, sendo considerados, para essas análises, tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos, monetários ou não monetários (GASPARINO; RIBEIRO, 2007; PAULA; COLAUTO, 2008; CARDOSO; LEMME, 2011; IGARASHI; IGARASHI; TONELLI, 2011; PALMA; CARREIRA, 2011; FIGUEIREDO et al., 2012). Em estudo realizado por Figueiredo et al. (2012), foi avaliada a abordagem das questões ambientais nos relatórios de sustentabilidade de empresas do setor elétrico brasileiro, sendo observadas diferenças metodológicas na elaboração dos relatórios, dificultando a comparação entre eles. Além disso, de acordo com os autores do estudo, os resultados evidenciaram a necessidade de melhorias na forma de elaboração desses relatórios para que seja possível realizar essa comparação, bem como proporcionar maior transparência aos investidores.

De forma semelhante, Gasparino e Ribeiro (2007) analisaram seis empresas do setor de papel e celulose, três norte-americanas e três brasileiras, por meio de seus relatórios de sustentabilidade, com o intuito identificar diferenças comportamentais e de evidenciação. Foi observado, neste estudo, que os relatórios das empresas norte-americanas apresentaram maior riqueza de dados, mesmo não atendendo totalmente às recomendações da GRI. Além disso, em todas as empresas analisadas não foram observadas informações de natureza financeira, sendo os relatórios subjetivos, com muitas informações qualitativas e sem padronização, dificultando sua comparação e, em certo grau, sua credibilidade.

3. METODOLOGIA

Este estudo foi realizado adotando-se uma abordagem qualitativa que, de acordo com Neves (1996, p. 1), “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Além disso, foi utilizado como método para a análise dos dados a análise de conteúdo, que se constitui de uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de diferentes documentos e textos, conduzindo o estudo a descrições sistemáticas, que podem ser qualitativas ou quantitativas, e que ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma melhor compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma simples leitura comum (MORAES, 1999).

Ainda de acordo com Moraes (1999), na análise de conteúdo os dados chegam ao investigador em estado bruto, sendo necessário seu processamento para facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência. Além disso, o pesquisador realiza uma interpretação pessoal com relação à percepção que tem dos dados, não sendo possível uma leitura neutra, já que toda leitura se constitui em uma interpretação.

Considerando-se essa técnica, foram analisadas as ações ambientais divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das operações no Brasil da empresa Unilever no período compreendido entre os anos de 2009 e 2012. Ainda, foram consideradas para a análise as informações referentes aos elementos ou indicadores GRI no mesmo período. De acordo com Gasparino e Ribeiro (2007), essas informações podem ser classificadas como: *declarativas*, quando são apresentadas apenas de modo qualitativo; *quantitativas não monetárias*, quando são mostradas de forma qualitativa e também quantitativa, expressas em números de natureza não financeira; e *quantitativas monetárias*, quando as informações são apresentadas nos relatórios de forma qualitativa e também quantitativa, nesse caso sendo expressas em números de natureza monetária.

Dessa forma, os dados foram então obtidos e analisados a partir da leitura detalhada de todas as informações disponibilizadas dentro dos relatórios de sustentabilidade no período anteriormente mencionado, buscando-se identificar, como mencionado por Manzini (1991), dados que se relacionam com o objetivo da pesquisa, de forma a agrupá-los e ressaltá-los para a discussão do conteúdo.

4. RESULTADOS

A partir da análise dos relatórios foi possível observar que a Unilever tenta manter uma imagem de comprometimento com a sustentabilidade. Esse comprometimento está impresso em sua visão, inalterada durante o período analisado, de dobrar o tamanho da empresa ao mesmo tempo em que se reduz o impacto ambiental de suas ações (UNILEVER, 2010; 2011; 2012; 2013). Nesse sentido, nota-se um aumento em seu faturamento ao longo dos anos, passando de R\$ 11,1 bilhões em 2009 (UNILEVER, 2010) para R\$ 13,6 bilhões em 2012 (UNILEVER, 2013), ao mesmo tempo em que as ações de sustentabilidade foram incrementadas.

Essas ações são gerenciadas por um comitê de sustentabilidade, cuja função expressa é fortalecer a governança e gerenciar o desenvolvimento de metas, indicadores e planos de ação para transformar os compromissos em práticas concretas relacionadas à visão da empresa (UNILEVER, 2013). Este comitê é composto de vice-presidentes, diretores e gerentes envolvidos diretamente nas operações, responsáveis por levar às instâncias de tomada de decisão da empresa os dados de desempenho socioambiental, demonstrando a preocupação da alta administração quanto às ações de sustentabilidade desenvolvidas.

O comitê também é responsável pelo plano de sustentabilidade lançado em 2010 e que é o documento de referência cuja função é traduzir a visão estratégica da empresa em um plano de ação para a gestão da sustentabilidade, orientação e posicionamento sobre o modelo de negócios e estratégia de crescimento (UNILEVER, 2013). Um ponto bastante positivo observado foi a preocupação na disseminação dos conceitos e diretrizes do plano entre funcionários, clientes e fornecedores. Segundo o relatório de 2011 (UNILEVER, 2012), o plano foi disseminado internamente com ações que alcançaram 91% dos funcionários, sendo cumprida a meta estabelecida em 2010. No entanto, sabe-se que os *stakeholders* não se resumem apenas a funcionários, clientes e fornecedores e, por esse motivo, as demais partes interessadas, como a comunidade onde a empresa está inserida, o governo e a sociedade civil de forma geral também devem tomar conhecimento do plano e até participar de forma ativa na sua elaboração e acompanhamento, como sugerido pelas diretrizes para a confecção dos

relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI, 2006).

De acordo com as informações disponibilizadas nos relatórios de sustentabilidade, pode-se dizer que esse plano funcionaria como o ciclo PDCA, sendo desenvolvidos planos de ação para todas as operações, além da definição de metas a serem alcançadas, sua implementação, monitoramento pelo comitê de sustentabilidade e análise pela administração. Nesse sentido, foi possível observar que são definidas metas de curto, médio e longo prazos e, ao longo do período analisado, essas metas são descritas, havendo sempre a informação se são ou não atingidas, se são parcialmente atingidas ou se ainda estão em desenvolvimento. Nos casos de metas não atingidas, foi observada sempre uma justificativa e o que estava sendo feito para atingi-la, conforme o princípio de equilíbrio dos relatórios GRI para assegurar sua qualidade. Por esse princípio, os relatórios devem refletir os aspectos positivos e negativos do desempenho organizacional, permitindo uma avaliação equilibrada de seu desempenho geral (GRI, 2006).

O plano de sustentabilidade da Unilever está organizado em três pilares principais, quais sejam, “melhorando a saúde e o bem-estar”, “reduzindo o impacto ambiental” e “melhorando as condições de vida e trabalho” (UNILEVER, 2011, p. 13), sendo os relatórios divididos basicamente nesses três temas a partir de 2010, quando o plano de sustentabilidade foi implementado. Essa divisão atenderia ao princípio da comparabilidade, definido pela Global Reporting Initiative (GRI, 2006) como o processo em que as informações relatadas são apresentadas aos *stakeholders* de forma a tornar possível a análise das mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo, nesse caso por meio da manutenção do *layout* do relatório, facilitando a comparabilidade das informações no período.

Dentro do pilar ambiental, objeto de estudo do presente trabalho, o foco das ações de gestão da Unilever estão centradas no consumo de água, emissões de gases de efeito estufa, geração e destinação de resíduos e fontes sustentáveis. Nesse sentido, segundo o relatório de 2012 (UNILEVER, 2013, p. 65), “um dos principais compromissos assumidos no Plano de Sustentabilidade é reduzir pela metade os impactos ambientais das nossas atividades e operações, da extração de insumos ao pós-consumo” e, para isso, pretende engajar parceiros, clientes e fornecedores para cumprir essas metas. No entanto, mais uma vez a empresa deixa de fora os demais *stakeholders* do processo de criação, implementação e monitoramento de suas ações ambientais.

O foco das ações de gestão ambiental estão bem definidos ao longo dos relatórios analisados, com metas de médio e longo prazos a serem cumpridas e dados qualitativos e quantitativos divulgados ano a ano sobre cada um dos tópicos de suas ações ambientais, sempre com a recuperação de dados de anos anteriores para a comparação com os dados mais recentes, sendo destaque o relatório de 2012 pela grande quantidade de informações apresentadas. Essa abordagem também atende, como comentado anteriormente, ao princípio da comparabilidade dos relatórios GRI (GRI, 2006), permitindo às partes interessadas analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo.

Os dados observados se referem aos indicadores de desempenho ambiental constantes das diretrizes GRI (Tabela 1) e trazem informações à respeito do consumo, reutilização, reciclagem e tratamento da água, fontes hídricas afetadas pelas operações, emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa expressos em CO₂ equivalente, descarte de efluentes em corpos hídricos, descrição e destinação dos resíduos, localização e situação de áreas protegidas, dentre outros, sendo possível traçar uma evolução do desempenho ao longo dos anos. Também é possível notar, de um ano para o outro, uma melhora nos resultados de determinada ação ambiental ou mesmo uma piora nos resultados, dependendo do indicador de desempenho analisado.

Tabela 1: Nível de resposta aos indicadores GRI de desempenho ambiental da empresa Unilever relatados em seus relatórios de sustentabilidade no período compreendido entre os anos de 2009 e 2012.

Aspecto	Categoria	Indicador	2009	2010	2011	2012
Materiais	Essencial	EN1 – Materiais usados por peso ou volume	NR	ND	ND	QNM
	Essencial	EN2 – Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	NR	ND	ND	QNM
Energia	Essencial	EN3 – Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	QNM	QNM	QNM	QNM
	Essencial	EN4 – Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	QNM	QNM	ND	QNM
	Adicional	EN5 – Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	QNM	QNM	ND	QNM
	Adicional	EN6 – Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	D	ND	ND	D
	Adicional	EN7 – Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	D	ND	ND	QNM
Água	Essencial	EN8 – Total de retirada de água por fonte	QNM	QNM	QNM	QNM
	Adicional	EN9 – Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	QNM	ND	NR	QNM
	Adicional	EN10 – Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	QNM	ND	ND	QNM
Biodiversidade	Essencial	EN11 – Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR	ND	ND	QNM
	Essencial	EN12 – Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR	ND	NR	D
	Adicional	EN13 – Habitats protegidos ou restaurados	NR	ND	ND	QNM
	Adicional	EN14 – Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	D	ND	ND	D
	Adicional	EN15 – Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção	NR	ND	NR	QNM
Emissões, efluentes e resíduos	Essencial	EN16 – Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	QNM	QNM	QNM	QNM
	Essencial	EN17 – Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	QNM	QNM	QNM	QNM
	Adicional	EN18 – Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	NR	ND	ND	QNM
	Essencial	EN19 – Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	QNM	ND	ND	QNM
	Essencial	EN20 – NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	QNM	ND	ND	QNM

Emissões, efluentes e resíduos	Essencial	EN21 – Descarte total de água, por qualidade e destinação	QNM	ND	QNM	QNM
	Essencial	EN22 – Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	QNM	QNM	QNM	QNM
	Essencial	EN23 – Número e volume total de derramamentos significativos	QNM	ND	ND	D
	Adicional	EN24 – Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente	NR	ND	ND	QNM
	Adicional	EN25 – Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d’água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora	QNM	ND	ND	QNM
Produtos e serviços	Essencial	EN26 – Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	QNM	QNM	QNM	QNM
	Essencial	EN27 – Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	QNM	D	QNM	QNM
Conformidade	Essencial	EN28 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	QNM	ND	ND	D
Transporte	Adicional	EN29 – Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores	NR	ND	QNM	QNM
Geral	Adicional	EN30 – Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	NR	QM	ND	QM
Total de indicadores declarativos (D)			3	1	0	5
Total de indicadores quantitativos não monetários (QNM)			17	8	9	24
Total de indicadores quantitativos monetários (QM)			0	1	0	1
Total de indicadores não relatados (NR)			10	0	3	0
Total de indicadores com informações não disponíveis (ND)			0	20	18	0

Legenda: D = informação declarativa; QNM = informação quantitativa não monetária; QM = informação quantitativa monetária; NR = informação não relatada; ND = informação não disponível na versão em formato PDF do relatório de sustentabilidade do ano analisado ou no site da Unilever na internet, mesmo constando a informação “respondido” no índice GRI ao final de cada relatório.

Fonte: Elaborado pelos autores

Esses indicadores de desempenho ambiental podem ser classificados em essenciais ou adicionais (Tabela 1). De acordo com a GRI (2006), os indicadores essenciais são aqueles desenvolvidos a partir de processos *multistakeholders*, visando identificar os indicadores que geralmente são aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações; já os indicadores adicionais representam práticas consideradas emergentes ou que tratam de temas que podem ser relevantes apenas para algumas organizações. Além disso, por meio da Tabela 1 é possível observar o nível de resposta aos indicadores GRI de desempenho ambiental. De

forma geral, ao longo dos anos foram observados um maior número de indicadores com informações classificadas como quantitativas não monetárias, principalmente no relatório de sustentabilidade de 2012. Nesse ano, do total de 30 indicadores de desempenho ambiental, 24 ou 80% apresentaram informações quantitativas não monetárias, 5 ou 16,7% apresentaram informações declarativas e apenas 1 ou 3,3% apresentaram informações classificadas como quantitativas monetárias.

O relatório do ano de 2009 também apresentou, de forma predominante, indicadores com informações quantitativas não monetárias (Tabela 1). Por outro lado, 1/3 dos indicadores de desempenho ambiental não foram relatados pela Unilever nesse ano, o que demonstra a não aderência ou aderência parcial da empresa às diretrizes GRI de desempenho ambiental para a confecção do relatório de sustentabilidade. Já os relatórios de 2010 e 2011 apresentaram uma grande quantidade de indicadores cujas informações não estavam mais disponíveis. Nesses relatórios, constava que essas informações estariam disponíveis “*on line*” ou no “portal” da Unilever, mas as informações encontradas no local indicado diziam respeito a dados do relatório mais recente e, por esse motivo, foram classificadas como não disponíveis (ND) na Tabela 1. No entanto, é importante ressaltar que muitos desses dados foram retomados no relatório de 2012 como forma de comparação do desempenho ao longo dos anos.

Outro ponto interessante observado foi a evolução das informações constantes nos relatórios ao longo dos anos. Os relatórios de sustentabilidade de 2009 a 2011 apresentaram informações mais resumidas sobre as ações de gestão ambiental. Já o relatório de 2012, contendo mais do que o triplo de páginas da média dos demais, apresentou informações mais detalhadas e uma grande quantidade de dados numéricos, sendo possível evidenciar melhor o desempenho ambiental da empresa. Assim, enquanto em 2009 1/3 dos indicadores não foram relatados, em 2012 todos foram relatados pela Unilever, demonstrando um grande avanço no relato de seu desempenho ambiental.

Foi também observado apenas nos relatórios de 2010 e 2012 os investimentos e gastos ambientais da empresa em cada período, sendo que o relatório de 2012 também trazia esses dados referentes ao ano de 2011. No ano de 2012, por exemplo, “a Unilever investiu mais de R\$ 64 milhões em práticas e projetos de proteção, gestão e redução de impacto ambiental” sendo que “os principais custos estão relacionados às atividades de tratamento e disposição de resíduos [...] e ao desenvolvimento de novas tecnologias” (UNILEVER, 2013, p. 72). Essa informação se aproximaria do conceito de contabilidade ambiental, por meio do qual as empresas divulgam suas ações ambientais para seus *stakeholders*, evidenciando à sociedade os recursos aplicados na proteção, recuperação e/ou preservação ambiental.

Outra deficiência observada nos relatórios de sustentabilidade analisados foi a falta de informações que relacionem as práticas ambientais ao desempenho financeiro, ou seja, se de alguma forma as ações relacionadas à gestão ambiental estão influenciando positivamente, negativamente ou em nada influenciam seus ganhos. Não é possível saber se é uma opção da empresa não divulgar essa informação ou se ela não tem essa informação ou mesmo não sabe como divulgá-la em seu relatório de sustentabilidade.

Nesse sentido, de todos os indicadores de desempenho ambiental propostos pela GRI, apenas o EN28 e o EN30 exigem a informação quantitativa monetária, sendo o primeiro para o valor de multas resultantes de não conformidade com leis e regulamentos ambientais, e o segundo para o total de investimentos e gastos em proteção ambiental. No entanto, mesmo não sendo exigido pelas diretrizes da Global Reporting Initiative para os demais indicadores, essas informações quantitativas monetárias individualizadas para cada indicador, ou para os principais indicadores, tornaria a visualização do desempenho ambiental mais fácil para os *stakeholders*, além de facilitar o processo de contabilidade ambiental, tornando o relatório

ainda mais rico em informações relevantes e de grande utilidade para as partes interessadas da organização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o período analisado, a Unilever manteve suas ações e metas ambientais, sendo possível observar uma evolução de seu desempenho ambiental e de sua divulgação, por meio dos relatórios de sustentabilidade, ao longo dos anos. O relatório mais recente analisado, do ano de 2012, foi o que apresentou o maior número de informações detalhadas sobre o que foi feito, está sendo feito e será feito ao longo dos anos.

Essa constatação pode sinalizar um maior esforço da empresa em gerenciar os esforços voltados à gestão ambiental, no sentido, de identificar e classificar as ações realizadas, bem como os resultados esperados.

No entanto, apesar da evolução do nível das informações nos relatórios, ainda não é possível mensurar, por meio dos relatórios de sustentabilidade, o desempenho financeiro da empresa relacionado às suas práticas ambientais. No entanto, os investimentos e gastos ambientais foram divulgados e, apesar de não ser uma contabilidade ambiental propriamente dita, com os ativos e passivos ambientais, já é um grande passo a divulgação dessa informação. Talvez ainda falte para a empresa saber como relacionar suas ações ambientais com seu desempenho financeiro.

Além disso, em meio a todas as informações sobre metas cumpridas e o que vai ser feito nos próximos anos em relação à gestão ambiental, não foi possível perceber se existe a participação efetiva dos *stakeholders* nesse processo. Mais do que isso, se essas ações estão internalizadas em todas as partes interessadas, como por exemplo nos funcionários, ou se estes simplesmente cumprem as metas estabelecidas pelo comitê de sustentabilidade. Existe a necessidade de saber se todos tem o conhecimento, ao menos, sobre o que é sustentabilidade e se aplicam o que fazem dentro da empresa em seu dia a dia fora dela. Essa informação nenhum dos relatórios forneceu.

Assim, o caso da Unilever, traz à tona a importância do amadurecimento do tema ambiental nas práticas empresariais; a impressão encontrada é que o discurso ambiental ainda está distante das práticas realizadas e divulgadas pelas empresas. Neste sentido, outras pesquisas se fazem necessárias com o objetivo de estreitar o hiato existente entre o previsto na missão e valores empresariais com as ações realizadas. Entende-se que pesquisas com vieses quantitativos e qualitativos são importantes, em especial, aquelas que alcancem o interior das empresas e alcem as dificuldades, limitações e desafios encontrados pelos gestores para tornar processos e produtos ambientalmente corretos.

Em adição, há necessidade de estruturar modelos de gestão que relacionem os investimentos em projetos ambientais com os resultados empresariais, o que perpassa pela contabilidade ambiental e pela análise de investimento.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 191 p.
- ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2002. 206 p.
- ARX, U.; ZIEGLER, A. **The effect of CSR on stock performance: new evidence for the USA and Europe**. Zurich: Center of Economic Research, 2008. 38 p. (Working Paper n. 08/85). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1102528>>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- AZEVEDO, A. L. V. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Morelia, v. 5, p. 75-93, 2006.



- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2006. 328 p.
- BARSOUMIAN, S.; SEVERIN, A.; SPEK, T. **Eco-innovation and national cluster policies in Europe: a qualitative review**. Brussels: Europe Innova, 2011. 95 p.
- BRUNDTLAND, G. H (Org.). **Nosso futuro comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- CARDOSO, L. G. S.; LEMME, C. F. Em busca das justificativas empresariais para as iniciativas ambientais das empresas brasileiras líderes na publicação de relatórios de sustentabilidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 63-78, 2011.
- DERWAL, J.; GUENSTER, N.; BAUER, R.; KOEDIJK, K. The eco-efficiency premium puzzle. **Financial Analysts Journal**, Charlottesville, v. 61, n. 2, p. 51-63, 2005.
- ETHOS. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Relatório de sustentabilidade GRI**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_uniethos/o_que_fazemos/cursos/relatorio_gri/relatorio_de_sustentabilidade_-_gr_i.aspx>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- FIGUEIREDO, M. A. G.; ALVES, E. D. L.; CARDOSO, G. T.; VECCHIA, F. Análise dos relatórios de sustentabilidade de empresas do setor energético com ações na carteira do ISE – Bovespa. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 8., 2012, Rio de Janeiro, Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: CNEG. p. 1-16.
- FORSTER, P.; RAMASWAMY, V.; ARTAXO, P.; BERNTSEN, T.; BETTS, R.; FAHEY, D. W.; HAYWOOD, J.; LEAN, J.; LOWE, D. C.; MYHRE, G.; NGANGA, J.; PRINN, R.; RAGA, G.; SCHULZ, M.; VAN DORLAND, R. Changes in atmospheric constituents and in radiative forcing. In: SOLOMON, S.; QIN, D.; MANNING, M.; CHEN, Z.; MARQUIS, M.; AVERYT, K.; TIGNOR, M. M. B.; MILLER, H. L. (Ed.). **Climate Change 2007: the physical science basis**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 129-234.
- GASPARINO, M. F.; RIBEIRO, M. S. Análise de relatórios de sustentabilidade, com ênfase na GRI: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 102-115, 2007.
- GRI. Global Reporting Initiative. **Elaboração de relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elaboração-de-relatórios-de-sustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- GRI. Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. São Paulo: Global Reporting Initiative, 2006. 47 p. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- IGARASHI, D. C. C.; IGARASHI, W.; TONELLI, L. C. Análise do alinhamento das informações apresentadas no relatório de sustentabilidade e no balanço social da Copel. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2011
- JUNQUEIRA, L. A. P.; MAIOR, J. S.; PINHEIRO, F. P. Sustentabilidade: a produção científica brasileira entre os anos de 2000 e 2009. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 36-52, 2011.
- KLASSEN, R. D.; MCLAUGHLIN, C. P. The impact of environmental management on firm performance. **Management Science**, Hanover (USA), v. 42, n. 8, p. 1199-1214, 1996.
- MACHIBA, T. Eco-innovation for enabling resource efficiency and green growth: development of an analytical framework and preliminary analysis of industry and policy practices. **International Economics & Economic Policy**, Heidelberg, v. 7, n. 2/3, p. 357-370, 2010.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- OLIVEIRA, R. L.; MACHADO, A. G. C. Gestão ambiental empresarial: estudo de casos em empresas líderes dos setores supermercadistas e de refrigerantes. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 21-39, 2010.
- PALMA, C. M.; CARREIRA, F. Relatório de sustentabilidade: análise comparativa de uma amostra de empresas brasileiras, espanholas e portuguesas. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE



Gestão e Tecnologia para a Competitividade

23.24.25 de Outubro de 2013

E EMPRESARIAIS, 2.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE VALORIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS, 1., 2011, Loulé (Portugal). **Actas...** Loulé: Instituto Superior Dom Afonso III, 2011. p. 1-5.

PAULA, H. C.; COLAUTO, R. D. Relatório de sustentabilidade: uma década de informações econômicas e sociais do Banco do Brasil S.A. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 5., 2008, Resende. **Anais...** Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2008. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos08/311_Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

UNILEVER. **Relatório de sustentabilidade 2009:** cada gesto conta. Unilever, 2010. 56 p. Disponível em: <http://www.unilever.com.br/Images/Relatorio de Sustentabilidade 2009_tcm95-221353.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

UNILEVER. **Relatório de sustentabilidade 2010 Unilever Brasil:** cada gesto conta. Unilever, 2011. 56 p. Disponível em: <http://www.unilever.com.br/Images/Relatório de Sustentabilidade 2010_UB_tcm95-268521.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

UNILEVER. **Relatório de sustentabilidade Unilever Brasil 2011.** Unilever, 2012. 60 p. Disponível em: <http://www.unilever.com.br/Images/Relatorio de Sustentabilidade 2011 – Unilever Brasil_tcm95-286562.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

UNILEVER. **Relatório de sustentabilidade 2012 Unilever Brasil.** Unilever, 2013. 190 p. Disponível em: <http://www.unilever.com.br/Images/Relatório de Sustentabilidade 2012 Unilever Brasil versão Completa_tcm95-351849.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.